

A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania: a experiência de Vitória/ES, Brasil

The city as public space of education and citizenship training: the case of Vitória, Espírito Santo, Brazil

La ciudad como espacio público de educación y de afirmación de la ciudadanía: la experiencia de Vitória, en Espírito Santo, Brasil

VANIA CARVALHO DE ARAÚJO

Resumo: A cidade nos instiga a pensá-la como um lugar atravessado pelas marcas sociais e culturais. Se tais elementos apontam para o gerenciamento das formas de apropriação do espaço urbano, colocando em cena as tensões decorrentes da relação Estado/sociedade, a materialização da cidade como espaço público de educação e de cidadania reúne um conjunto de interpelações necessárias à sua construção como território do consenso e não de exclusão. Tais questões desafiam o dever-ser da cidade como uma experiência pública articulada, um acontecimento que toma a educação como uma responsabilidade coletiva tendo em vista a construção do bem comum.

Palavras-chave: cidade; educação e cidadania; política pública.

Abstract: The city incites us to see it as a place marked by social and cultural factors. If such elements point to the management of the appropriation of the urban space, placing under the spotlight the tensions deriving from the State/society relation, the materialization of the city as a public space for education and citizenship encompasses a set of interpellations necessary to its construction as a place of consensus, not exclusion. Such arguments challenge the city's existence as an articulated public experience, a happening that sees education as a collective responsibility in light of the construction of the common good.

Keywords: city; education and citizenship; public policy.

Resumen: La ciudad nos instiga a que la pensemos como un lugar atravesado por las marcas sociales y culturales. Si tales elementos apuntan para la gestión de las formas de apropiación del espacio urbano, colocando en escena las tensiones consecuentes de la relación Estado/sociedad, la materialización de la ciudad como espacio público de educación y de ciudadanía reúne un conjunto de interpelaciones necesarias a su construcción como territorio del consenso y no de exclusión. Tales cuestiones desafían el deber-ser de la ciudad como una experiencia pública articulada, un acontecimiento que toma la educación como una responsabilidad colectiva teniendo en vista la construcción del bien común.

Palabras clave: ciudad; educación y ciudadanía; política pública.

CIDADE: UM CENÁRIO INQUIETANTE

Ainda que o enunciado possa induzir-nos à reflexão de uma singularidade relativa, somos desafiados a pensar a cidade como uma pluralidade de experiências que se configuram por diferentes perspectivas. O que importa aqui chamar a atenção é para o cenário inquietante e, porque não dizer, perturbador, com o qual somos tensionados a olhar a cidade a partir dela mesma, ou seja, como um lugar atravessado por diferentes marcas sociais e ambientais que interpelam ações e relações desenhadas por variadas formas de intervenção pública.

Se a cidade contém a dinâmica da singularidade expressa no modo como cada sujeito social nela se comporta, produz história e cultura, é na materialidade das experiências cotidianas que a singularidade de cada sujeito assume a configuração de corpo social, cuja pluralidade provoca novas discursividades e novos flagrantes de organização e desorganização do espaço urbano.

Ao longo da história, a cidade foi palco de variados interesses econômicos, políticos, religiosos e sociais (LE GOFF, 1988). Da feição da cidade antiga à cidade contemporânea, intensos movimentos de rupturas e permanências se impuseram, constituindo-se, assim, mecanismos de apropriação e expropriação do espaço urbano, ora como espaço do privado, ora como espaço público provocado pelo gerenciamento das políticas públicas. No interior dessa discursividade, as mudanças da cidade também foram (e ainda são) provocadas pelos impactos das lutas sociais que se travavam em torno da afirmação dos direitos, tais como, moradia, saneamento básico, lazer, cultura, educação, etc. Não obstante estes variados modos de construir e ressignificar a cidade, a forma de uma cidade, como bem afirmara Baudelaire, “muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”.

Numa análise provocadora, Orlandi (2001) trata da narratividade urbana como um aspecto importante para se capturar os variados sentidos produzidos na e para a cidade. Contudo chama a atenção das sobredeterminações do urbano que têm impedido a cidade a significar-se em seus sentidos e em seus não sentidos; ou seja, a ordem do urbano como espaço social hierarquizado, verticalizado vai determinando e normatizando fronteiras possíveis de permanência ou não na cidade, ofuscando, assim, a produção de sentidos próprios à cidade. Desse modo afirma,

Tenho partido da idéia de que há uma sobreposição do urbano sobre a cidade de tal modo que o que eu tenho chamado de discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha). Esse apagamento se deve basicamente a um movimento de generalização do discurso do urbanista que passa a fazer parte do senso comum produzindo uma deriva ideológica que homogeneiza o modo de significar a cidade, seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, mas também no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente” (ORLANDI, 2001, p. 13).

Poderíamos perguntar: como não silenciar o real da cidade? Esta questão, *a grosso modo*, nos leva a afirmar que a cidade é um artefato humano e, como tal, são os diferentes sujeitos que a produzem. Enquanto espaço social, a cidade pressupõe a materialidade da vida humana e essa afirmação só faz sentido quando cada sujeito for reconhecido em sua dimensão pública, incluído, portanto, como sujeito de direitos, como sujeito válido na construção de um mundo comum, de um mundo compartilhado.

A garantia formal de direitos, por sua vez, não significa necessariamente a visibilidade pública do outro como sujeito produtor de sentidos para a cidade e isso é percebido quando determinados tipos de sujeitos ficam à espera de um suposto reconhecimento público em função de suas carências e necessidades. A esses, formas tipificadas de reconhecimento e de participação pública são instituídas.

É na dinâmica da cidade que percebemos o quanto uma sociedade, que se intitulou moderna e teve o progresso como um de seus pilares, continua a formular a garantia de direitos tendo como pressuposto a definição do lugar que cada um deve ocupar na sociedade. Assim sendo, Vera Telles ressalta:

Se é verdade que a garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões e vontades, interesses e demandas de indivíduos ou grupos sociais, também é preciso reconhecer que os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento e legitimidade contêm, em si mesmos, um princípio de discriminação que constrói a figura daqueles que, em função de sua condição de classe, de gênero ou idade, de origem ou de cor, são como que descredenciados como sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Trata-se daqueles que vivem sua condição como diferença que os exclui da dimensão pública da vida social (TELLES, 1999, pág. 72).

A invisibilidade de determinados tipos de sujeitos no processo de materialização da cidade é que a esvazia da dimensão pública, dando-lhe uma configuração privada, fundada no modo como os indivíduos isoladamente são percebidos na dinâmica social.

A experiência de nossas cidades traz muito desse paradoxo da apropriação pública pelo privado e isto é revelado nas diferentes formas dominadas pela hierarquização das diferenças entre os sujeitos. É nesse contexto que o pressuposto da igualdade como algo não dado ou naturalmente constituído, mas como uma experiência que se faz no reconhecimento do outro como sujeito válido e digno na construção de um mundo compartilhado, que se transforma num campo de impossibilidades, como bem ressalta Hannah Arendt (1993 e 2002). Contudo, quando essa questão é analisada sob um outro ângulo, são justamente as diferenças e os conflitos que permitem vislumbrar a possibilidade do consenso, entendido aqui como o resultado de um movimento que nasce da experiência entre os diferentes sujeitos, tendo em vista a construção de um mundo comum.

Os desafios contidos na materialização da cidade revelam o quanto a experiência pública precisa ser qualificada e percebida como uma ação importante à construção de uma história comum, de uma interlocução pública mais duradoura entre as gerações existentes e para as gerações futuras. Somente assim, “o espaço público se qualifica como espaço da deliberação conjunta, através da qual os homens, na medida em que capazes de ação e opinião, tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum (TELLES, 1999, p. 55).

Quando excluídos e privados dessa possibilidade de construir uma esfera pública comum, os diferentes sujeitos ficam fixados nas suas diferenças; julgados, portanto, por suas ações e opiniões. Para ilustrar melhor esta questão, tomemos como referência os inúmeros mecanismos utilizados para invisibilizar indivíduos em função da sua classe social, da sua idade, da sua etnia, etc. Cabe a eles, quando muito, adaptarem-se aos critérios previamente adotados sobre o lugar que devem ocupar na cidade, nas relações sociais. Trata-se de uma cidade que produz sujeitos anonimizados em função dos seus azares na vida. A cidade, neste caso, se reinventa como um lócus de sociabilidade que não se completa, pois os que estão fora dos padrões previamente delimitados de participação ficam excluídos e reconhecidos como não cidadãos.

É nesse campo de inquietações que se expõem as fragilidades de um espaço público que não se fez tão público assim. No horizonte de uma sociedade que se fez moderna e democrática, somos interpelados por um conjunto de ações que mais reforçam o fosso social existente a partir da lógica sempre arbitrária da negação de direitos e de participação política. São estes constrangimentos da vida em sociedade que nos fazem reclamar por outras referências de participação da/na cidade que incluam categorias sociais historicamente excluídas dos processos decisórios e de reconhecimento público. São crianças, adolescentes, jovens, adultos que, em função do inexorável que limita ações e opiniões, não encontram lugar na materialização da cidade em função da idade, da condição de classe, da etnia, da religião, etc.

DA CIDADE QUE TEMOS À CIDADE QUE PODEMOS CONSTRUIR

Flagnar o real da cidade é algo bastante provocador, pois nele estão contidos os processos instituintes que, muitas vezes, são imperceptíveis ao nosso olhar. Assim, para tornar perceptíveis os sentidos dos fragmentos geralmente desprezíveis e irrelevantes da cidade, faz-se necessário percebê-los na complexidade dos processos sociais. O cotidiano da cidade também é tecido pela imprevisibilidade e pela invisibilidade, e isto pressupõe afirmar que, para além da visibilidade dos projetos existentes e das evidências temporais e espaciais, na cidade estão presentes outros movimentos reveladores das marcas singulares e coletivas deixadas por diferentes sujeitos, seja pela capacidade de instaurar novas referências para a cidade, seja pelas resiliências e resistências que apontam novos enredamentos na trama social da cidade.

A massificação dos modos de vida, a privatização do domínio público, a imediatez dos acontecimentos destacada por Dufour (2005) como “sintomas significativos dessa mutação atual na modernidade” continuam a atuar como delimitadores do nosso modo de ser, estar e aparecer na cidade. É como se as formas instituídas por um governo, associadas às várias estratégias de planejamento e ordenamentos econômicos, sociais e políticos, por si só, dessem conta de representar a cidade.

A privatização dos processos decisórios nada mais é do que uma afirmação do aniquilamento de tantos outros sujeitos que não se enquadram na lógica instituída de participação pública. Para esses, a cidade real é aquela que, no seu cotidiano, se revela quando do acesso ou não aos bens públicos, tais como: praças, parques, ruas, teatros, saneamento básico, moradia, escola, posto de saúde, centros de assistência, etc. De outro modo, a cidade real pressupõe também outras experiências que vão criando redes de significação atravessadas por sonhos, fazeres e saberes que se configuram como movimentos instituintes presentes na dinâmica territorial e que vão possibilitando novas significações. Em contraponto às políticas centralizadas que terminam por definir o presente e o futuro da cidade, Sposati (2006) propõe a afirmação de “políticas territorializadas”. Neste sentido, sublinha:

Território não é um terreno no sentido de uma dimensão de terra. Território é dinâmica que possui, para além da topografia natural, uma topografia social constituída pela história das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área ou densidade, implica em considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (SPOSATI, 2006, p. 5).¹

Do ponto de vista teórico-metodológico, este conceito contém o esforço de pensar a cidade relativizando a perspectiva universalizante das ações comumente adotadas. A realidade territorial pressupõe singularidades, subjetividades que precisam ser consideradas. Esta questão nos ajuda a compreender que a medida orientadora das políticas públicas deve ser as condições reais de vida dos sujeitos, condições essas que expõem as fragilidades, as desigualdades sociais, a ruptura de vínculos sociais, simbólicos e materializados, mas também a potência dos diferentes grupos sociais. Para a construção de políticas públicas territoriais, como ainda destaca Sposati, “temos que mobilizar forças, mobilizar potências superando o caráter administrativo, tecnocrático que negam a construção da própria estratégia política com a população”.

Neste território onde as práticas sociais se criam e recriam, a política é desafiada a assumir uma outra configuração, fundada no reconhecimento e na experiência compartilhada entre os diferentes sujeitos. Para Arendt (2002), “o homem é

¹ Palestra proferida em 2006 no Congresso Internacional “Desafio da Inovação na Gestão de Cidades” realizado em Vitória/ES, com o título “Políticas Territoriais, Cidadania e Poder”.

a-político, pois a política surge no entre-os-homens; a política surge no intra-espaço e se estabelece como relação; a política baseia-se na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes”. Ao invés de um acontecimento exterior à vida dos homens, Arendt expõe uma outra natureza da política que se revela como uma experiência entre os diferentes.

A provocação dessa formulação se inicia com a desconstrução dos esquemas tradicionais da teoria política. Superando a ideia de política assentada no binômio dominados/dominadores, situa a liberdade, tal como vivida na *polis* grega, como um princípio indispensável para o exercício da política. Liberdade esta que permite a cada um externar opiniões, ter o direito de ouvir e também de ser ouvido, enfim, de preocupar-se com o “mundo”, entendido aqui como algo que transcende a duração de nossas vidas. Livre agir, por sua vez, é “agir em público, e público é o espaço original do político”. A liberdade é decorrente da ação, tendo em vista a busca do interesse comum, da criação de uma realidade compartilhada. É nesse agir em concerto que caracteriza a política instauradora do espaço público como espaço da deliberação conjunta. O objetivo de construir esta esfera pública é, portanto, a construção de um mundo que transcenda a vida pessoal de cada um.

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDDT, 1993, p. 64).

Assim como o conceito de liberdade e política, a igualdade como pressuposto naturalmente construído, um *a priori*, também é questionada. A matriz teórica e cultural que historicamente influenciou gerações tem como contraponto a ideia de que “nós não nascemos iguais”, a igualdade não é um dado da natureza. Nós nos constituímos iguais à medida que nos reconhecemos como iguais, ou seja, como sujeitos de interesses, razões válidas e direitos legítimos na construção do espaço público; na construção de um mundo comum.

Na sociedade brasileira, muitos são os exemplos que parecem se afirmar como revés das questões acima apresentadas. São referências de um Estado moderno que toma a política e a esfera pública como uma experiência privada ou para poucos. Não é por acaso que os mecanismos de participação utilizados recriam as matrizes culturais do privilégio, da guetização da vida social, das relações de mando, do agir político despojado de dimensão ética. Quando o reconhecimento dos direitos se dá pela via da comprovação da pobreza e da desgraça, a dimensão pública da vida social perde os seus efeitos e se estabelecem novas racionalidades no campo do direito, interferindo, assim, no modo como concebemos a política da/na cidade e sua dinâmica social.

Seja a política concebida como “feitiço” em função de sua capacidade de produzir subjetividades e rede de conexões que influenciarão as diferentes formas de pensar, agir e de desejar (SCHEINVAR, 2009), seja enredada por zonas espetaculosas (DEBORD, 2005), neste contexto em que tudo parece expor ambivalências de todos os tipos, vislumbramos um campo de possibilidades para uma negociação possível de construção de uma cultura pública nas diferentes práticas sociais que atravessam a cidade. É nesse terreno conflituoso e sempre emblemático da vida social que a cidade se faz e refaz e, ao mesmo tempo, nos permite instaurar, pela experiência da pluralidade humana, outras subjetividades, outras práticas, outras linguagens públicas que possam balizar a vida em sociedade.

A CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA

Numa sociedade tornada pública pela regulamentação estatal, ainda conservamos um legado político e cultural que nos mantém aprisionados à ação de um Estado, cujas responsabilidades são transformadas em símbolos legitimadores de um poder. Há séculos, as cidades brasileiras têm sido palco de histórias que mais refletem a construção de uma ordem pública naturalizada do que o esforço de construir alteridades e reciprocidades, tendo em vista a efetivação da experiência pública. Tomemos como exemplo o “espírito republicano” instaurado no Brasil em 1889. Um acontecimento que exclui o povo, assim tomado como uma abstração, um adorno ao projeto envidado. Nesse contexto,

[A República] inaugurou ou renovou cidades sem cidadãos, manteve um rosto oligárquico, assegurou sua fachada liberal através do controle coronelístico do voto, não construiu partidos com dimensão ideológica nacional, não integrou as camadas sociais recentemente saídas da escravidão, não avançou um projeto de Nação que implicasse na construção de um “povo”, tal como ocorreria em algumas experiências republicanas européias: mas isso não significava um fracasso do projeto republicano, mas sim a invenção de uma república sem republicanos e, se tivesse sido possível, sem povo! (BRAYNER, 2008, p. 65).

Somos conhecedores dos inúmeros desfechos provocados pela ausência de um projeto nacional demandado como exigência do direito e da cidadania; contudo, a mesma história que nos revela as matrizes oligárquicas e excludentes que continuam a operar na vida social é que nos permite instaurar, no presente, outras tantas histórias possíveis. Desse modo, ao concebermos cada sujeito como produtor de história e de cultura, somos tensionados a construir outros parâmetros públicos balizadores da vida em sociedade, e a sua materialização está exatamente na perspectiva de concebermos a cidade como um território de garantia formal de direitos e de exigência de cidadania.

Tudo isso nos leva a afirmar que as políticas territoriais democráticas e participativas só poderão se concretizar se a cidade, com seus diferentes arranjos espaciais e temporais, se constituir como um espaço permanente de educação, ou seja, uma cidade que promova uma dinâmica societária pública tendo em vista a instauração de critérios públicos igualitários. Assim, não se pode excluir do processo de construção da cidade um agir educativo que faça suscitar novas sinergias propulsoras do bem comum. São estas sinergias que possibilitarão descortinar horizontes possíveis no presente, horizontes estes que tomam o passado e a sua memória como um legado importante para a renovação do mundo no presente e no futuro.

A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania não pode prescindir da ideia de que todos os espaços da cidade (ruas, praças, parques, clubes, postos de saúde, centros de assistência, escola, órgãos do governo, etc.) são espaços potencializadores de educação, seja como atuam o princípio da cidadania e do direito em suas práticas, seja como dão visibilidade às necessidades, interesses, razões e opiniões dos diferentes sujeitos. É preciso construir novas matrizes culturais de gestão que estimulem o projeto de “cidade educadora”, cujos diferentes espaços sociais se movem na construção incessante da justiça social.

Cabe aqui tensionar tais questões para o campo da ética pública. Não basta nomear uma cidade educadora quando sua temporalidade está condicionada à presentificação da vida, àquilo que foi criado para satisfazer necessidades momentâneas, individualizadas, pautadas em cronologias que servem mais para criar um mundo de artificialismos simbólicos e materiais. A ética pública que faz emergir o sentido da cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania interroga o presente sem perder de vista o legado do passado e a capacidade de responsabilizar-se pela continuidade do mundo. Há claras evidências dos efeitos das lógicas episódicas de governar que não interpelam responsabilidades públicas e sociais. Estes mecanismos nada mais servem do que para acelerar o processo de apagamento e diluição das fronteiras entre as esferas públicas e privadas, ou mesmo para criar uma desresponsabilização generalizada da sociedade pela continuidade do mundo. A política para poder permanecer livre e humana deve constituir-se como uma experiência duradoura, na qual as atuais e futuras gerações possam com ela aprender a preservar e a renovar o mundo.

Decerto essas questões são desmobilizadoras de práticas clientelistas, corporativistas e pontuais que muito têm se forjado no interior das administrações públicas. O espaço público, como consequência de uma experiência compartilhada, cria, por sua vez, um sentido de pertinência à vida social capaz de romper realidades até então consideradas estáticas e acabadas. É nesta perspectiva que se forja a concepção de cidade educadora, cujas lógicas de ação educam e deixam transparecer práticas culturais que preservam seus diferentes sujeitos do esquecimento e os mantêm firmes na construção de uma história pública comum.

A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE VITÓRIA/ES – BRASIL

Como desfecho dessa reflexão, situamos a experiência da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, como um esforço extenuado de construção de uma esfera pública compartilhada. Esta experiência contém o legado histórico pelo qual a sociedade brasileira passou com o combate à ditadura militar e ao forte alijamento da sociedade civil nos processos decisórios da administração pública. No período de 1989 a 1992, a cidade é governada pela primeira vez pelo Partido dos Trabalhadores, cuja bandeira abrigava, dentre outras causas, a participação popular, a democracia e a diminuição das desigualdades sociais. Nesta época a cidade de Vitória apresentava acentuadas mostras de uma cidade fraturada por diferentes formas de exclusão. Numa região povoada por centenas de famílias economicamente miseráveis – a região de São Pedro, o lixo despejado foi sendo incorporado como o único sustento e valor de troca. Começam, então, a serem instituídos novos parâmetros públicos para se construir a cidade: instauração do Orçamento Participativo, mobilização das lideranças comunitárias, transparência das contas públicas, eleição de diretores das unidades de ensino, criação de estratégias de desenvolvimento socioambiental, valorização dos servidores, etc. Passados treze anos, a cidade de Vitória é representada, novamente, pelo Partido dos Trabalhadores, tendo como primeiro mandato o período de 2005 a 2008, e o segundo, 2009 a 2012. Sem dúvida, alguns dos problemas emergidos em épocas passadas foram amenizados e outros continuam a configurar-se como um desafio.

A partir do entendimento de que o espaço público deve constituir-se como uma experiência contínua na vida dos diferentes sujeitos buscou-se extrair da memória coletiva até então acumulada novas capacidades de ação e de interação. Além de pressupor uma continuidade relativizada, a experiência pública ora instaurada apresentava um campo de possibilidades para a configuração de outras dinâmicas sociais que fortalecessem a ideia de construção da cidade com todos, para todos e a partir de todos, sabendo que “todos”, longe de ser uma massa amorfa naturalmente constituída, representavam diferentes singularidades que davam sentido ao coletivo.

Não obstante as adversidades que atravessam a experiência pública da cidade, o esforço de transcender a uma temporalidade unicamente mensurável consegue agregar novas dinâmicas de atuação capazes de construir políticas territoriais que pudessem ir além da fugacidade do tempo e se estabelecer como algo mais duradouro e permanente para a vida das pessoas. Assim, a cidade de Vitória é concebida como uma grande rede de significações que articula sentidos, serviços e práticas em torno de objetivos que são comuns, mas procura contemplar as evidências das particularidades. Em sua proposta de planejamento está contida a partilha da cidade em oito regiões.² Além do apoio às mobilizações instituintes que nascem da própria

² A divisão da cidade em oito macroregiões levou em consideração a organização dos serviços de pequenas obras e de manutenção dos espaços urbanos. As oito regionais foram instituídas

comunidade, as câmaras territoriais surgem como um espaço de deliberação conjunta entre os gestores dos equipamentos públicos (escola, unidade de saúde, centros de referência de assistência social, espaços culturais, parques, administrações regionais, etc.). Esta metodologia tem sido uma estratégia importante de ressignificação de cada território, a partir de suas demandas e potência. As questões tratadas nas câmaras, as quais apontam para outros processos de intervenção institucional, são discutidas no comitê de políticas sociais representado pelos secretários das diferentes áreas sociais (educação, meio ambiente, cultura, cidadania e direitos humanos, assistência social, trabalho e geração de renda, segurança e saúde). No interior de cada secretaria tem-se a possibilidade de estabelecer processos descentralizados de discussão e de decisão por meio dos comitês gestores, cujo objetivo é a busca da unidade dos princípios que regem o desenvolvimento dos diferentes programas e projetos e suas respectivas intervenções nos problemas existentes. Esta dinâmica democrática de trabalho, somada às outras formas de participação por meio de comissões e conselhos representativos da sociedade civil organizada, tem demonstrado que o exercício do direito à cidadania, aliado a uma política de descentralização, é um processo no qual os diferentes sujeitos vão produzindo outras histórias, reelaborando escalas de valores, lançando mão de um conjunto de símbolos, ressignificando-os a partir da experiência pública, das suas interações e vivências no cotidiano da cidade.

RECORTES DO AGIR POLÍTICO

A cidade de Vitória³ sofre as mesmas contradições urbanas pelas quais passam as grandes metrópoles brasileiras. Com os seus 320.156 habitantes (estimativa IBGE, 2009), Vitória concentra desafios que vão desde as formas evidentes do tráfico de drogas, violência urbana, territórios ambientalmente frágeis até a ocupação desordenada e moradias em condições inadequadas de habitabilidade. Este contexto tem provocado estratégias de mobilização e intervenção nas diferentes regiões da cidade, mobilização esta que tem como parâmetro a linguagem pública que advoga a exigência de direitos e de justiça social. Neste caso, a gestão de Vitória se registra no árduo esforço de conjugar a descentralização do poder, a mobilização das

segundo critério geográfico. No entanto, para efeito de planejamento da oferta de serviços e programas em áreas específicas como saúde, educação e assistência social, estas regionais são reorganizadas, a partir de outros critérios, como de concentração populacional, perfil socioeconômico, dentre outros.

³ Vitória é a segunda capital mais antiga do Brasil (1551). A Ilha de Vitória é formada por um arquipélago composto por 33 ilhas e por uma porção continental, totalizando 105 quilômetros quadrados. É a capital com maior índice de desenvolvimento municipal em pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) usa no cálculo dados de emprego, renda, educação e saúde enviados pelos municípios ao governo federal.

potências sociais existentes com a necessidade da intervenção do Estado. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) é um dos exemplos desse esforço de contribuir para o desenvolvimento humano sustentável, garantindo o planejamento e a gestão articulada das políticas públicas, tendo como base os territórios de vida, fortalecendo, no cotidiano, a democracia participativa e considerando que são múltiplos os fatores de exclusão social.

É a partir dessa conjugação de forças que se viabiliza o Programa Terra Mais Igual. Aproximadamente 94 mil pessoas vivem hoje nos 15 territórios de abrangência do programa, denominados de Poligonais. Esses Poligonais congregam, de forma total ou parcial, 33 bairros e 12 comunidades de Vitória. Seus efeitos, além de garantias de construção de novas moradias, reassentamento de famílias que ocuparam áreas de risco ou de proteção ambiental, melhorias habitacionais em imóveis com situações precárias e implementação de novo ordenamento urbanístico e ambiental, também promovem o gerenciamento social das obras e a visibilidade social dos moradores antes excluídos das condições efetivas de cidadania.

A escolha de pensar a cidade como uma experiência mais ampla e duradoura, portanto pública, tem provocado políticas articuladas em torno de objetivos comuns, o que não elimina a possibilidade de cada área pensar a especificidade de sua atuação e a multiplicidade de questões que interpelam novos horizontes de possibilidades em torno da experiência pública compartilhada. Neste terreno que nos permite criar novas formas de sociabilidades públicas, outras propostas de atuação vão surgindo de modo a diminuir o fosso histórico entre centro e periferia, governantes e governados, Estado e sociedade civil. É neste sentido que as formas cristalizadas de governar vão dando lugar à construção de “uma noção de bem público, de coisa pública e de responsabilidade pública que tenham como medida os direitos de todos” (TELLES, 1999, p. 159). São essas prerrogativas que desafiam a pensar a cidade de Vitória como um espaço público que encontra na experiência da pluralidade humana um caminho, por excelência, de afirmação da cidadania e da democracia.

EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

Neste processo de formação de uma cultura pública na/da cidade, os espaços formais de educação também são chamados a ressignificar suas práticas e suas utopias. Conceber a educação e, mais precisamente, o campo da escola, como uma experiência compartilhada é examinar a irrupção de projetos e ações que mais servem para tipificar o lugar que cada um deve ocupar na hierarquia social, do que um compromisso com a construção de mundo de realizações simbólicas e materiais para todos os sujeitos. Se este desafio traz o desconcerto dos efeitos de uma modernidade pautada na fragmentação da vida, na destituição da história, na desmemorização das gerações presentes, na evitação dos conflitos e no individualismo, são estas questões que desafiam a educação a constituir-se como uma experiência pública compartilhada,

na qual os diferentes sujeitos (professores e alunos, diretores, merendeiras, vigias, família, auxiliares da limpeza e inclusive a secretaria de educação e seus órgãos colegiados) assumem a responsabilidade pela construção da escola como espaço público, espaço da deliberação conjunta.

As políticas públicas em educação na cidade de Vitória têm apostado na superação de uma racionalidade despojada de dimensão ética e pública com projetos e programas que traduzam parâmetros mais igualitários de ação. Esta experiência tem feito emergir novas possibilidades de potencializar a escola e seus diferentes sujeitos no descompasso de uma realidade muitas vezes mantenedora de injustiças sociais. A educação, com suas variadas expressões de formalização do direito, também é chamada a transformar a escola como um território de construção da cidadania. Isto implica outras formas de se reconhecer na cidade, instituindo um papel mais articulador e produtor de ações, projetos e programas que se comprometem com a construção e reconstrução permanente da cidade enquanto uma dinâmica social e pública.

A experiência realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória⁴ tem se constituído em um árduo esforço de pensar os seus bens e serviços como uma experiência pública compartilhada, resultante, portanto, de iniciativas que estimulam a criação de canais que diluam as fronteiras do privado, do clientelismo e do corporativismo, tais como: fortalecimento dos conselhos de escola como espaço da deliberação conjunta; criação de grêmios estudantis, desde a educação infantil até o ensino fundamental; implementação de um sistema municipal de avaliação que agregue os diferentes saberes e fazeres dos órgãos gestores e das escolas, tendo em vista a qualidade social dos serviços oferecidos à população, bem como a garantia do direito de ensinar e de aprender; realização do congresso das famílias como uma experiência formativa e orientadora de novas práticas sociais e culturais a serem construídas dentro e fora do contexto escolar; promoção da alimentação escolar orgânica fortalecendo, desse modo, a agricultura familiar e a cultura camponesa; implementação do Programa de Educação em Tempo Integral com ações articuladas entre várias secretarias; espaços formativos para os profissionais da educação dentro e fora do horário de trabalho, como um modo de fortalecer a socialização das experiências feitas coletivamente por professores, alunos, pedagogos, famílias e demais profissionais da escola, bem como a visibilidade das questões, cujas ambiguidades apontam diferentes intervenções pedagógicas.

⁴ O Sistema Municipal de Educação de Vitória conta atualmente com 52 escolas de ensino fundamental e 46 centros municipais de educação infantil que atendem crianças de seis meses a seis anos de idade. São atendidos, respectivamente, 29.843 alunos no ensino fundamental e 15.296 na educação infantil. Além das 98 escolas, são Centros de Ciência, Educação e Cultura o Planetário (em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo), a Escola de Biologia e História, a Escola da Ciência e Física, e a Praça da Ciência. Estes centros atuam na formação de professores e alunos e também como apoio e complemento às atividades desenvolvidas nas escolas.

Além dessas e outras propostas tensionadas a uma concepção de educação aberta à pluralidade da vida humana e mobilizada com a transformação da escola como esfera pública, inserem-se as políticas de cidadania digital por meio do acesso à internet livre, a implantação dos laboratórios de informática em todos os níveis de ensino, o desenvolvimento customizado de sistema operacional em software livre, que amplia a participação da comunidade escolar e o acompanhamento da sociedade das atividades escolares junto ao Portal da Educação que, articulado ao Portal Transparência da administração municipal,⁵ amplia os canais de comunicação entre a sociedade e as ações da educação na cidade de Vitória. Nesta dinâmica de conceber a cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania, cabe destacar o esforço conjugado ao estabelecer novos princípios à arquitetura escolar. Cada intervenção física a ser realizada, além de ser fruto de uma experiência democrática do Orçamento Participativo, passa por intensos processos de discussão com a comunidade escolar, usuários, por excelência, desses espaços.

Conceber a arquitetura a partir da realidade escolar é colocar em evidência os elementos constituidores de relações, práticas e experiências que se fazem na coexistência do singular e do coletivo, do movimento fixo e dinâmico, do repetitivo e do inventado, do familiar e do exótico. Esta ideia contém em si o desafio de pensar o espaço escolar numa perspectiva socioambiental, que possa articular práticas, experiências, desejos e direitos que não se restringem às formas adultas e transitórias de se pensar o espaço escolar, invisibilizando as crianças, os adolescentes e os jovens como atores políticos concretos. “Uma concepção clássica de cidadania recusa o estatuto político às crianças e esta prática continua a originar equívocos e tem produzido energias desmobilizadoras da construção de uma cidadania plena” (SARMENTO, 2007, p. 39-40). São essas questões que nos instigam a pensar a arquitetura escolar a partir dos seus diferentes sujeitos, fortalecendo a escola enquanto espaço sociocultural e uma experiência pública articulada ao dever-se da cidade como um espaço público de educação e de afirmação da cidadania.

Finalmente, pensar a cidade e a educação como espaços socioculturais em que os direitos se colocam no cotidiano é o pressuposto fundamental para uma cidade educadora, uma cidade que se percebe criadora de serviços tendo em vista o bem comum, a construção de um espaço cuja natureza humana é volvida pela cultura da paz, da cidadania e da justiça social. Como bem afirmara Milton Santos (1997, p. 67):

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço

⁵ Vitória foi a primeira cidade do Brasil a lançar o Portal Transparência com informações *online* da execução orçamentária do município. O portal foi desenvolvido em cumprimento à lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme disposto no art. 48-A.

matéria inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- _____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRAYNER, Flávio H. A. *Educação e republicanism*: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). *Cidade atravessada*: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Infância (in) visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SCHEINVAR, Estela. *O feitiço da política pública*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- TELLES, Vera da S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

✉ VANIA CARVALHO DE ARAÚJO é professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFES; é Secretária Municipal de Educação de Vitória/ES. E-mail: vania_araujo@terra.com.br e vcaraujo@vitoria.es.gov.br.

*Recebido em dezembro de 2010
Aprovado em janeiro de 2011*